



Indicadores sobre a pobreza

Dados Europeus e Nacionais

Atualização março 2014

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento reúne a última informação estatística a nível europeu e nacional, centrando-se nas problemáticas essenciais sobre as quais a EAPN Portugal intervém.

Ainda num contexto de crise económica, alguns indicadores, como a taxa de pobreza, parecem revelar uma melhoria, no entanto, quando se analisam outros dados verifica-se que esta não é uma melhoria real e que ainda têm de ser feitos esforços aos mais diversos níveis para se reverter esta situação.

O último relatório de Portugal sobre o *Ponto da situação das Metas em Portugal* relativas à Estratégia 2020 é disso exemplo ao não apresentar os dados necessários para se conhecer a realidade do país na sua especificidade e, conseqüentemente não favorecer uma leitura clara e real da situação nacional em termos económicos e sociais.

Dos dados recolhidos ressalta:

- A despesa com a proteção social consiste nos pagamentos para benefícios em proteção social, que são transferidos para os indivíduos ou agregados cobrindo um conjunto de riscos ou necessidades e, em 2011, as despesas com a proteção social foram equivalentes a 19.6% do PIB (UE27).
- O peso da saúde e da proteção social juntos no total da despesa pública é baixo nos 12 Estados Membros, que integraram recentemente a UE, assim como em Portugal, onde representa menos da metade do total das despesas nacionais.
- Em 2012, 24.8% da população europeia (aproximadamente 124.5 milhões de pessoas na UE-28) era considerada como estando em risco de pobreza e/ou exclusão social, de acordo com a definição adotada pela Estratégia 2020. O valor registado para Portugal era de 25.3%.
- Continuam a ser as crianças o grupo mais vulnerável a situações de pobreza ou exclusão social. A taxa de risco de pobreza ou exclusão social para as crianças subiu em 2012 para 28.1% (UE28) (2010: 26.9%, UE28). Para Portugal e segundo a Eurostat a taxa de risco de pobreza para as crianças foi de 27.8% (2010: 28.7%).
- No que diz respeito à população idosa a taxa de risco de pobreza e exclusão social diminuiu na UE28 de 19.8% em 2010 para 19.3% em 2012. No caso português essa taxa também diminuiu para 22.5% em 2012 (26.1% - 2010).
- Tendo em conta a composição do agregado familiar verificou-se que para 2011 e para a UE27, são as famílias monoparentais com filhos a cargo (49.8%) que estão em maior risco de pobreza ou exclusão social, logo seguidos das pessoas solteiras (34.5%) e pelos agregados formados por 2 adultos e 3 ou mais crianças dependentes (30.8%).
- Verificou-se que mais de 10.4% da população da UE28 foi considerada como vivendo em agregados com baixa e muito baixa intensidade de trabalho. Portugal integra o grupo de países onde se verificou um aumento deste indicador.
- Em 2012, 9.9% da população da UE foi considerada como estando em situação de privação material severa.
- Em 2012, 17% da população da UE27 encontrava-se em risco de pobreza isto é, com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente. Em Portugal essa taxa foi de 18.7%.
- Relativamente à Pobreza ancorada no tempo, tendo por base um limiar de pobreza fixo em 2008, essa taxa seria para Portugal de 19.4% e para a UE27 de 18.2% (2012).

- O Eurostat aponta uma taxa de desemprego em fevereiro de 2014 para a UE28 de 10.6% e que se traduz em 25 920 milhões de homens e mulheres sem emprego. Em Portugal essa taxa foi de 15.3% em fevereiro de 2014.
 - Relativamente ao desemprego jovem, 5 392 milhões de jovens (com idades inferiores a 25 anos) estavam desempregados na UE28 (3 415 milhões na zona euro). A taxa de desemprego jovem para a UE28 foi de 22.9% em fevereiro de 2014.
 - De acordo com os dados disponibilizados pelo Eurostat grandes desigualdades na distribuição do rendimento foram verificadas entre a população da UE27 em 2011: 20% da população com o rendimento disponível mais elevado, recebia 5 vezes mais do que 20% da população com o mais baixo rendimento disponível.
 - Em 2011, 11.5% da população da UE27 (Portugal: 7.2%) viviam em agregados nos quais gastavam mais de 40% do seu rendimento disponível com a habitação.
 - A população europeia está a aumentar, enquanto a estrutura etária está a envelhecer (com a entrada na reforma das gerações do pós-guerra), as pessoas vivem mais, a esperança de vida continua a aumentar, mas o índice de fertilidade aumenta muito lentamente. Em 2012, e para a UE27, a percentagem de população jovem (0-14 anos de idade) foi 15.6% na UE27 (PT: 14.8%), a percentagem de pessoas em idade ativa foi 66.6% (PT: 65.8%) e a população idosa (65 ou mais anos) 17.8% (PT: 19.4%).
 - Em termos de índice de dependência dos idosos verificou-se que para 2012 e para a UE27 este foi de 26.8% (29.6% em PT), ou seja, havia cerca de 4 pessoas em idade ativa para cada pessoa com 65 ou mais anos.
 - Segundo a OCDE, as projeções indicam que a população portuguesa com 65 e mais anos, em 2050, poderá aumentar 32% e a população com 80 ou mais anos, 11%. As projeções são superiores às médias esperadas para a OCDE: 25.7% e 10% respetivamente.
-

Introdução

O ano 2013 foi marcado por vários acontecimentos ao nível nacional e mundial que influenciaram de forma decisiva os principais indicadores de que procuramos dar conta neste documento. A situação de Portugal no contexto europeu devido à dependência da Troika, a situação difícil de vários países europeus, nomeadamente dos países do Sul da Europa, onde as taxas de desemprego são muito elevadas e os níveis de endividamento dos países é alarmante; os conflitos armados que surgem no Egipto, na Turquia, na Síria, a contestação social violenta vivida ultimamente no Brasil, deixam-nos um cenário pouco animador para o futuro. A situação mundial é atualmente de grande incerteza a todos os níveis, sobretudo económico e financeiro.

Por outro lado, ao nível europeu encontramos-nos em fase de negociações finais do novo pacote financeiro dos Fundos Comunitários, o que é sempre um momento de grande expectativa face às negociações efetuadas e face à capacidade de atração de verbas comunitárias para Portugal.

Uma preocupação que decorre da leitura do documento prende-se com as crianças em Portugal; são de facto mais atingidas pela pobreza e trata-se de um indicador que mantém essa tendência ao longo dos anos. Um país que não consegue suprir as necessidades mais básicas das crianças (sobretudo as que se referem a carências alimentares) é um país que não pode prever o seu futuro e a capacidade de construir uma economia sólida. Para além dos números relacionados com a pobreza infantil temos também um índice de envelhecimento da população elevadíssimo, decorrente da falta de investimento em políticas de apoio à família. Estima-se que esta situação irá agravar-se no atual contexto de crise, o que terá consequências no próprio sistema de proteção social. Daremos conta desses números no presente documento.

A questão do emprego ressalta também do documento e coloca-nos numa situação de alarme social face à elevada taxa de desemprego que, em muitos casos, afeta os dois elementos do agregado familiar. A retoma da economia, se não se verificar a breve prazo, a taxa de desemprego irá aumentar, colocando ainda mais agregados numa situação de vulnerabilidade social. Para além desta realidade, as características do emprego em Portugal favorecem também a vulnerabilidade social, visto que muitos dos que trabalham não conseguem, ainda assim, sair de uma situação de pobreza. O número de trabalhadores pobres em Portugal é surpreendentemente alto e não se trata de um fenómeno que resulta da crise atual; sempre assim foi. Em Portugal a mão-de-obra é mal paga e o emprego precário predomina e os grandes grupos económicos que muitas vezes criam Fundações com fins sociais ou culturais são aqueles que eternizam esta condição de precariedade dos nossos trabalhadores.

A questão da educação que, durante muitos anos foi vista e comprovada com dados estatísticos como sendo uma forma de sair do ciclo vicioso da pobreza, atualmente já não tem uma correlação tão direta. Primeiro, porque, devido à crise, há cada vez mais estudantes a abandonar o ensino superior e depois porque muitos dos jovens recém-licenciados são recrutados por empresas estrangeiras para ajudar esses países a crescer.

1- ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NA EUROPA

Despesas com Proteção Social

A despesa com a proteção social consiste nos pagamentos para benefícios em proteção social, que são transferidos para os indivíduos ou agregados, cobrindo um conjunto de riscos ou necessidades. Em 2011 as despesas com a proteção social na UE 27 foram equivalentes a 19.6% do PIB, ligeiramente inferior aos dois anos anteriores (19.9% em 2010 e 20.1% em 2009)¹.

Logo seguido à proteção social, as funções mais importantes são: saúde (7.3%); serviços públicos gerais (6.6%); educação (5.3%) e assuntos económicos (4.0%).

Figura 1: Total das despesas públicas em proteção social, por país, 2011

	% GDP	millions of euro	euro per inhabitant
EU-27	19.6	2 480 614	4 932
EA-17	20.2	1 899 930	5 716
BE	19.5	72 205	6 577
BG	12.9	4 964	675
CZ	13.6	21 281	2 027
DK	25.2	60 657	10 892
DE	19.6	508 270	6 215
EE	13.1	2 088	1 558
IE	17.3	27 470	6 117
EL	20.4	42 468	3 761
ES	16.9	179 415	3 890
FR	23.9	476 200	7 306
IT	20.5	323 328	5 322
CY	12.0	2 166	2 545
LV	12.1	2 447	1 189
LT	12.7	3 899	1 287

	% GDP	millions of euro	euro per inhabitant
LU	18.1	7 720	14 862
HU	17.1	17 061	1 711
MT	14.4	944	2 253
NL	17.2	103 383	6 193
AT	21.0	63 234	7 509
PL	15.9	58 879	1 528
PT	18.1	30 998	2 910
RO	14.1	18 549	868
SI	18.9	6 851	3 338
SK	11.9	8 257	1 518
FI	23.7	44 934	8 341
SE	20.8	80 443	8 513
UK	17.9	312 505	4 981
IS	11.7	1 183	3 708
NO	17.5	61 702	12 458
CH	13.2	62 671	7 964

Fonte: Eurostat, 2011

Segundo a mesma fonte, o peso da saúde e da proteção social juntos no total da despesa pública é baixo nos 12 Estados Membros, que integraram recentemente a UE, assim como em Portugal, onde representa menos da metade do total das despesas do Governo.

Os efeitos da crise económica fizeram-se também sentir nas despesas com a proteção social e a saúde. Este aumento em termos de PIB verificado entre 2008 e 2009 não se deve a um crescimento mais forte em números absolutos, mas a uma queda no PIB a preços correntes. Comparativamente com 2002, a despesa com a saúde e a proteção social em percentagem de PIB aumentou em 4 pontos percentuais ou mais (5.3 no caso de Portugal), na Estónia, Grécia, Espanha, Itália, Holanda, Portugal, Finlândia e Reino Unido.

No quadro seguinte é ainda possível observar os benefícios da proteção social por grupos de funções:

¹ *General Government Expenditure in 2011 – Focus on the functions ‘social protection’ and ‘health’*, Statistics in Focus 9/2013, Eurostat, 2013

Quadro 1: Benefícios da proteção social por grupos de funções, 2010 (% do total de benefícios)²

	Velhice e sobreviventes	Doença, cuidados de saúde e deficiência	Família e Crianças	Desemprego	Habitação e Exclusão social
UE-27	45.0	37.4	8.0	6.0	3.6
EA-17 ³	45.3	36.8	8.0	6.8	3.2
PT	51.7	35.6	5.7	5.7	1.3

Fonte: Eurostat, 2010

Risco de Pobreza e exclusão social (Estratégia 2020)

Em 2012⁴, 24.8% da população da UE28 vivia em agregados em situação de pobreza e exclusão social (124.5 milhões de pessoas). Embora o número de pessoas em situação de pobreza e exclusão social tenha reduzido entre 2005 e 2009, tem-se vindo a assistir a um agravamento destes números nos últimos anos (2010/2011). Entre 2011 e 2012 a parcela da população em risco de pobreza e exclusão social aumentou num terço dos Estados Membros (Grécia; Chipre; Irlanda; Itália; Roménia; Hungria; Malta e Portugal). As descidas mais significativas verificam-se na Croácia, Bulgária, Bélgica e Espanha, mas esta descida é parcialmente explicada por uma queda no limiar da pobreza, refletindo o baixo nível de vida nesses países⁵. Este indicador (AROPE – People at-risk-of-poverty or social exclusion rate) é definido com a percentagem de população em, pelo menos, uma das seguintes 3 condições: 1) risco de pobreza, isto é, abaixo do limiar de pobreza; 2) numa situação de privação material severa; 3) vivendo num agregado com uma muito baixa intensidade de trabalho. Desagregando cada uma das situações que compõem o indicador verificou-se que para 2012 e para a UE28 e Portugal:

Quadro 2: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por tipologia de riscos, 2012 (%)

	UE28	PT
Percentagem do total da população	24.8	25.3
Número de Pessoas	124.5	2.7
População em risco de pobreza	17	17.9
População em situação de privação material severa	9.9	8.6
População com idade inferior a 60 anos vivendo em agregados com muito baixa intensidade de trabalho	10.4	10.1

Fonte: Eurostat, 2011

Em termos de grupos etários, verificou-se que continuam a ser as crianças o grupo mais vulnerável a situações de pobreza ou exclusão social. A taxa de risco de pobreza ou exclusão social para as crianças subiu novamente em 2012 para 28.1% (2010: 26.9%).

² *European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013, p. 201.

³ Zona Euro

⁴ *Eurostat Newsrelease, 184/2013, 5 Dezembro 2013; European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013, p. 170; *Children were the age group at the highest risk of poverty or social exclusion in 2011*, Statistics in Focus 4/2013, Eurostat, 2013; *At risk of poverty or social exclusion in the EU27*, Newsrelease 28/2013, Eurostat, 26 de Fevereiro 2013

⁵ *EU Employment and Social Situation – Quarterly Review, Trends in Poverty and social exclusion between 2012 and 2013 Supplement*, March 2014.

Quadro 3: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por grupo etário, 2012 (%)

		0-17	18-64	65 ou +
UE-28	2012	28.1	25.4	19.3
	2010	26.9	23.6	20.1
EA ⁶	2012	27.3	24.2	17.4
	2010	25	22.1	17.3
PT	2012	27.8	25.5	22.1
	2010	28.7	24.1	26.1

Fonte: Eurostat

Pelo quadro verifica-se que a percentagem de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social subiu em 2012 em dois grupos etários (crianças e adultos). O grupo das pessoas idosas assistiu a uma ligeira descida. O mesmo não se verificou para Portugal que assistiu a uma diminuição dessas percentagens, quer no grupo das crianças, quer no grupo dos idosos. Esta análise é feita na segunda parte deste documento.

A situação das crianças continua a ser preocupante em quase todos os Estados Membros. Em países como a Roménia (52.2%), Hungria (40.9%) e Malta (29.7%), a diferença entre a taxa de risco de pobreza e exclusão social para as crianças e a população em geral era de mais 7 pp.

Segundo os dados mais recentes do Eurostat os principais fatores que afetam a pobreza infantil são a situação laboral dos pais, associada ao seu nível de educação, a composição do agregado no qual a criança vive e a eficácia da intervenção estatal através do apoio financeiro e de serviços. Os dados referem ainda que a situação das crianças filhas de pais imigrantes constitui-se também alvo de preocupação e de grande vulnerabilidade.

Relativamente à taxa de risco de pobreza das pessoas idosas, esta tem vindo a descer na maioria dos Estados Membros desde 2008. Segundo o Eurostat⁷ a melhoria da situação relativa das pessoas idosas reflete o facto de as pensões terem permanecido, em grande medida, inalteradas durante a crise, e, em alguns casos, trazerem o rendimento dos pensionistas acima do limiar da pobreza; no entanto, isto deve-se a mudanças no total de rendimento redistribuído ao invés da sua real situação económica.

➤ **Composição do agregado familiar**

A composição do agregado familiar tem efeitos significativos em termos de rendimento disponível. Tendo em conta este indicador verificou-se para 2011 e para a UE27 que são as famílias monoparentais com filhos a cargo (49.8%) que estão em maior risco de pobreza ou exclusão social, logo seguidos das pessoas solteiras (34.5%) e pelos agregados formados por 2 adultos e 3 ou mais crianças dependentes (30.8%). Tendo em conta a situação das crianças, ou seja dos agregados com crianças a cargo verifica-se que são as famílias monoparentais e as famílias alargadas (2 adultos com 3 ou mais crianças a cargo e 3 adultos ou mais com crianças a cargo) que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social, respetivamente, 49.8%, 30.8% e 28.4%.

➤ **Situação face ao mercado de trabalho**

Á semelhança do fator anterior, o trabalho tem também um papel fundamental como fonte de rendimento para os agregados familiares, logo tem também um impacto na situação de pobreza e exclusão social da população. Para

⁶ Zona Euro

⁷ Para mais informações: EU Employment and Social Situation – Quarterly Review, *Trends in Poverty and social exclusion between 2012 and 2013 Supplement*, March 2014

perceber a relação entre o emprego e o risco de pobreza, foi definido o indicador intensidade de trabalho⁸. 10.4% da população da UE28 foi considerada como vivendo em agregados com uma baixa intensidade de trabalho em 2012. Os países onde se verificou um aumento deste indicador entre 2011 e 2012 foram a Suécia (3.2 pp), a Grécia (2.3 pp), Portugal (1.9 pp), Chipre e o Reino Unido (1.5 pp).

➤ Nível de escolaridade

O risco de pobreza aumenta à medida que o nível de escolaridade diminui. Em 2011, 49.2% das crianças cujos pais detinham baixos níveis de escolaridade estavam em risco de pobreza, por comparação com 7.5% das crianças cujos pais detinham níveis mais elevados de escolaridade. Esta situação verifica-se em todos os Estados Membros.

➤ A situação das famílias imigrantes

As crianças oriundas de famílias de imigrantes tendem a estar mais vulneráveis a situações de pobreza do que a restante população infantil. Em 2011, as crianças (com idades entre os 0-17 anos) com pelo menos um pai imigrante estava em maior risco de pobreza (+13.0 pp mais) do que as crianças com pais nativos do país. As percentagens mais elevadas de crianças em risco de pobreza com pelo menos um familiar imigrante foram verificadas em Espanha (45.5%), Grécia (43.1%) e França (39.3%). As percentagens mais baixas verificaram-se em Malta (17.9%), Estónia (16.9%) e República Checa (14.9%).

➤ Privação material severa

No que diz respeito às condições de vida verificou-se em 2011 que 18.4% das famílias monoparentais estavam em situação de privação material severa, por comparação com uma média de 9.6% de agregados com crianças a cargo. A taxa de privação material severa representa a parcela de crianças que vivem em agregados com uma falta forçada de alguns itens ao nível do próprio agregado.

Em 2011, as crianças (com idades entre os 0-17 anos) na UE27 detinham a mais elevada taxa de privação material severa (10.0%) por comparação com os adultos (8.9%) e os idosos (7.2%). A taxa de privação material severa para o total da população foi de 8.8% (UE27). Para Portugal esses valores foram: 11.3% (crianças dos 0-17 anos); 7.6% (adultos com idades entre os 18-64 anos) e 7.7% para os idosos (65 ou + anos).

Quadro 4: Parcela de crianças (1-15 anos) em situação de privação (seleção de alguns itens), em 2009 (%)

	Comida		Roupas e Sapatos	
	Frutas e Vegetais	Proteínas	Roupas	Sapatos
UE-27	4.4	4.8	5.9	4.5
PT	4.3	4.8	14.0	4.7

Taxa de risco de pobreza

Em 2012, 17.0% da população da UE28 encontrava-se em risco de pobreza isto é, com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente. Segundo a Eurostat⁹ existem variações consideráveis entre os Estados Membros, sendo que as taxas mais elevadas verificaram-se na Grécia (23.1%) e Roménia (22.6%), Espanha (22.2%) e Bulgária (21.2%), e as mais baixas na República Checa (9.6%), Holanda (10.1%), Dinamarca (13.1%), Finlândia e Eslováquia (13.2%).

⁸ Intensidade de Trabalho reflete o quanto os adultos em idade de trabalho, num agregado, trabalharam, em relação com o seu potencial de trabalho num ano.

⁹ Eurostat Newsrelease, 184/2013, 5 de Dezembro 2013; European Social Statistics – 2013 Edition, Eurostat Pocketbooks, 2013.

É importante realçar que esta taxa tem por base o rendimento mediano, e o facto de este ter descido em alguns países significa que a taxa também desceu. Neste sentido, as pessoas que estavam perto da linha da pobreza passaram para cima dessa linha, mesmo não se verificando mudanças significativas nas suas condições de vida. Segundo o Eurostat a combinação entre a deterioração do mercado de trabalho e o efeito estabilizador do enfraquecimento da proteção social ao longo do tempo pode resultar numa queda acentuada do rendimento disponível das famílias, e por conseguinte pode resultar numa queda do limiar da pobreza. Nestes casos, as mudanças na taxa (relativa) de risco de pobreza não reflete necessariamente mudanças no rendimento dos agregados. A taxa de pobreza ancorado no tempo permite distinguir estes dois efeitos¹⁰.

Quando 5: Taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais por sexo e idade, 2011 (%)

	Total	Por sexo		Por grupos de idades		
		Masculino	Feminino	0-17	18-64	65 e +
UE-27	16.9	16.1	17.6	20.6	16.0	15.9
EA-17	16.9	16.1	17.6	20.4	16.2	15.3
PT	18.0	17.6	18.4	22.4	16.2	20.0

Fonte: Eurostat

A situação face ao emprego, assim como o nível de educação são fatores que têm impacto na taxa de risco de pobreza. Os desempregados são dos grupos mais vulneráveis e em 2011 quase 50% (46.2%) estava em risco de pobreza na UE27. Em termos educacionais, 24.3% das pessoas com baixo nível educacional estavam em 2011 e para a UE27 em risco de pobreza. Para os que possuíam elevado nível de educação essa taxa foi de 7.3%.

Se considerarmos a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais verifica-se que a mesma sobe consideravelmente em todos os países.

Quadro 6: Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais, 2011 e 2012 (%)

	Total	
	2011	2012
UE-28	26.3	25.9
EA-17	25.6	25.0
PT	25.4	25.2

Fonte: SILC / Dataset

Pobreza ancorada no tempo e atualização da taxa de risco de pobreza para 2013¹¹

Segundo o Eurostat a última atualização da taxa de risco de pobreza estima, por um lado, uma subida da mesma entre 2011 e 2013 na Grécia (de 1.8 pp), Roménia (1.1 pp), Letónia (0.9 pp) e Estónia (0.7 pp); e, por outro lado, uma ligeira descida em Portugal (de 0.8 pp - 17.3%), França (0.8 pp) e Áustria (0.6 pp). A descida estimada para Portugal resulta da diminuição do limiar da pobreza (cerca de 5% entre 2012 e 2014).

¹⁰ Para mais informações: EU Employment and Social Situation - Quarterly Review, *Trends in Poverty and social exclusion between 2012 and 2013 Supplement*, March 2014

¹¹ Para mais informações: EU Employment and Social Situation - Quarterly Review, *Trends in Poverty and social exclusion between 2012 and 2013 Supplement*, March 2014, p. 5

Relativamente à pobreza ancorada no tempo (usando um limiar de pobreza fixo em 2009) deverá aumentar em 2011-2013 em todos os 13 Estados Membros¹², com exceção dos 3 países bálticos e a Polónia (desce 2.2% na Estónia e Lituânia, 1.6% na Letónia e 0.7% na Polónia).

Tendo por base um limiar de pobreza fixo em 2008, a pobreza ancorada no tempo para Portugal em 2012, seria de 19.4%, e a para a UE27, 18.2%.

Exclusão Social: Taxa de Privação Material Severa

O Comité de Protecção Social (Subgrupo dos Indicadores) definiu um indicador não monetário de condições de vida como forma de medir a exclusão social. Este indicador é definido como “a ausência de pelo menos 4 dos 9 itens que a seguir se apresentam: capacidade para fazer face a despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; existência de dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne frango ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa quente; ter uma máquina de lavar, uma TV a cores, um telefone ou carro próprio”.

Em 2012, 9.9% da população da UE-28 é considerada como estando em situação de privação material severa, isto é, as suas condições de vida são severamente afetadas pela falta de recursos. A taxa de privação excedeu os 40% na Bulgária e os 25% na Hungria, Letónia e Roménia. As taxas mais baixas pertencem ao Luxemburgo e Suécia (1.3%), Holanda (2.3%) e Dinamarca (2.8%).

Fazer face a despesas inesperadas

Tendo por base os itens da privação material severa, o item relacionado com a possibilidade de fazer face a despesas inesperadas sofreu significativas variações em 2012 e para a UE28.

Segundo o Eurostat¹³, em 2012, 40.2% da população da UE28 referiram ter dificuldades em enfrentar despesas inesperadas (um aumento de 2.1 pp comparando com 2011).

Por comparação com o ano anterior, a percentagem de pessoas a referir esta dificuldade aumentou para mais de 5pp em Portugal (6.8 pp), o Reino Unido (6.2 pp) e a Grécia (6.1 pp). As reduções em mais de 2 pp verificaram-se na Letónia (-6.9 pp), Chipre (-2.4 pp) e Malta (-2.1 pp).

Emprego/Desemprego

O Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as tendências globais do emprego¹⁴ destaca a desaceleração do crescimento ao nível global e o novo aumento do desemprego, referindo a existência de 197 milhões de pessoas sem um emprego no ano 2012. *Apesar de uma recuperação moderada do crescimento da produção prevista para 2013-14, a taxa de desemprego deverá aumentar novamente e o número de desempregados em todo o mundo está projetado para aumentar de 5.1 milhões em 2013 para mais de 202 milhões em 2013 e mais 3 milhões em 2014.*

¹² Os resultados estão apenas disponíveis para 13 Estados Membros (Dinamarca; Estónia; Grécia; Espanha; França; Itália; Letónia; Lituânia; Áustria; Polónia; Portugal; Roménia e Finlândia)

¹³ *People at risk of poverty or social exclusion – Statistics Explained*, 5 Dezembro 2013

¹⁴ *Global Employment Trends 2013. Recovering from a second jobs dip*, Genebra, ILO, 2013.

Um dos aspetos realçados pelo relatório prende-se com o impacto que a crise tem trazido no aumento das situações de incompatibilidade no mercado de trabalho e como isso tem contribuído para o aumento das situações de desemprego. A destruição de alguns empregos e o desemprego associado a isso tem levado a que haja um aumento na procura de emprego em novos sectores e ocupações. No entanto, os desempregados nem sempre possuem as competências necessárias para essas ocupações (para algumas pessoas a recolocação numa outra área pode ser suficiente para ter um emprego, mas para outros isso pode-se traduzir na obtenção de um emprego de baixa qualificação) e estas situações de incompatibilidade ao nível do mercado de trabalho (a incompatibilidade pode aumentar entre a oferta de competências existente numa vasta bolsa de desempregados e a procura de competências) vai contribuir para que este reaja de modo mais lento a qualquer mudança a médio prazo em termos de atividade. Para a OIT esta situação faz pressão nas taxas de desemprego e exige uma aposta em políticas de requalificação e ativação dirigidas às pessoas que procuram emprego.

É importante ainda destacar a queda considerável na taxa de participação no mercado de trabalho e o facto dos jovens serem um dos grupos populacionais mais atingidos pela crise: cerca de 73.8 milhões de jovens estão desempregados e o abrandamento da atividade económica poderá atirar mais meio milhão para o desemprego em 2014. Esta situação é particularmente preocupante nos países europeus, sendo que aqui cerca de 12.7% destes jovens não se encontram nem no mercado de trabalho, nem no sistema de ensino e formação (NEET). O facto destes jovens já se encontrarem numa situação de desemprego, logo no momento em que começam a procurar trabalho irá trazer consequências a longo prazo na construção da sua carreira, na erosão das suas competências e na dificuldade em ganhar a experiência necessária para encontrar trabalho.

Um último apontamento que se pretende aqui deixar neste retrato da situação do emprego/desemprego no mundo prende-se com a situação dos trabalhadores pobres. O relatório refere que a pobreza no trabalho continua a diminuir, embora de forma mais lenta. No entanto, existem no mundo 397 milhões de trabalhadores que estão em situação de pobreza extrema e um adicional número de 472 milhões de trabalhadores não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas de forma regular.

No que diz respeito aos dados mais recentes para a Europa, o Eurostat¹⁵ aponta uma taxa de desemprego em Fevereiro de 2014 e para a UE28 de 10.6% (25 920 milhões de pessoas) e para a EA18 de 11.9% (18 965 milhões de pessoas). A taxa de desemprego para a UE28 diminuiu ligeiramente por comparação com Janeiro de 2014 (10.7%), e comparativamente ao mês homólogo (10.9%). Quanto a taxa de desemprego para a zona euro (EA18), esta tem-se mantido estável desde Outubro de 2013 e diminuiu ligeiramente comparativamente a Fevereiro de 2013 (12.0%).

De entre os Estados-Membros as mais baixas taxas de desemprego registaram-se na Áustria (4,8%), na Alemanha (5,1%), no Luxemburgo (6.1%), e as mais elevadas na Grécia (27.5%, em Dezembro de 2013) e em Espanha (25.6%). Portugal foi um dos países onde se registou uma das maiores descidas (17.5% para 15.3%).

No que diz respeito ao desemprego jovem, e para este período, 5 392 milhões de jovens (com idades inferiores a 25 anos) estavam desempregados na UE28 (3 415 milhões na zona euro). A taxa de desemprego jovem para a UE28 foi de 22.9% (23.6% em Fevereiro de 2013) e 23.5% na EA18 (24.0% em Fevereiro de 2013). Para Portugal essa taxa diminuiu entre Fevereiro de 2013 e Fevereiro de 2014, de 40.6% para 35.0%.

Segundo o Eurostat a taxa de desemprego dos jovens é geralmente mais elevada do que a taxa de desemprego para todas as idades. A crise económica parece ter atingido mais os jovens do que as outras faixas etárias. Desde o início

¹⁵ *Euro area unemployment rate at 11.9%*, Newsrelease 52/2014 de 1 de Abril 2014.

de 2009, a diferença entre a taxa de desemprego jovem e a taxa de desemprego total aumentou, de modo que no final de 2012, a taxa de desemprego jovem era 2.6 vezes a taxa total¹⁶.

No que diz respeito ao Emprego¹⁷, verificou-se que o número de pessoas empregadas aumentou 0.1%, quer na EA17, quer na UE28, no quarto trimestre de 2013 por comparação com o trimestre anterior. O número de pessoas empregadas foi de 223.6 milhões para a UE28, sendo que 145 milhões eram da zona euro.

Tendo em conta os países para os quais existem dados disponíveis verificou-se, em comparação com o trimestre anterior, que a Lituânia (+1.0%), Irlanda e Portugal (ambos +0.7%) tiveram a maior subida desta taxa, enquanto que a maior descida verificou-se na Estónia (-1.3%), Letónia (-1.1%) e Chipre (-0.6%).

Desigualdade em matéria de distribuição do rendimento¹⁸

A distribuição do rendimento é analisada olhando para a forma como o rendimento total disponível equivalente é partilhado entre os diferentes estratos da população de acordo com o nível de rendimento. De acordo com os dados disponibilizados pelo Eurostat grandes desigualdades na distribuição do rendimento foram verificadas entre a população da UE27 em 2011: 20% da população com o rendimento disponível mais elevado, recebia 5 vezes mais do que 20% da população com o mais baixo rendimento disponível. Este rácio variava consideravelmente pelos Estados Membros, de 3.5 na Eslovénia e na República Checa, para 6.6 na Letónia e 6.8 na Espanha.

Quadro 7: Desigualdade na distribuição do rendimento, 2011 (S80/S20)

Países	%
UE-27	5.1
EA-17	5.0
PT	5.7

Fonte: Eurostat. As percentagens para a UE-27 e EA-17 são estimativas.

Condições de habitação na Europa

Em 2009 cerca de 30 milhões de cidadãos europeus (UE-27) viviam em agregados que enfrentavam graves privações ao nível da habitação. Este indicador é definido como a percentagem de população que vive num lar que é considerado sobrelotado e com pelo menos 3 situações habitacionais das seguintes referenciadas:

- 1) Telhado que mete água; paredes com humidade; andares em elevado estado de putrefação
- 2) Nem um chuveiro, ou uma casa de banho interior
- 3) Demasiado sombria/escuro (luz natural insuficiente)

As pessoas que vivem em agregados com filhos dependentes são mais severamente afetados por condições de privação habitacional severas. Com uma taxa de 8,6% as pessoas que vivem em agregados com filhos dependentes

¹⁶ Para mais informações consultar: *Unemployment Statistics* em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Unemployment_statistics

¹⁷ *Employment stable in euro area and EU28*, Newsrelease 39/2014 de 14 de Março 2014.

¹⁸ *European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013, p. 176 e ss.

encontram-se mais do que duas vezes afetadas por condições habitacionais severas do que aquelas que vivem em agregados sem filhos dependentes (3,1%). O pico de 16,7% é atingido por pessoas que pertencem a um agregado com 3 ou mais adultos e filhos dependentes. De entre aqueles com filhos dependentes os menos afetados são os agregados compostos por 2 adultos e um filho dependente (4,3%).

Segundo a Eurostat¹⁹, em 2011, 41.5% da população da UE vivia em apartamentos, 34.4% em moradias isoladas e 23.3% em moradias geminadas. Neste período, 11.5% da população da UE27 (Portugal: 7.2%) viviam em agregados nos quais gastavam mais de 40% do seu rendimento disponível com a habitação.

Um outro elemento analisado prendeu-se com a existência de espaço suficiente na habitação. O indicador usado foi a taxa de sobrelotação. Essa taxa foi para a UE27 de 17.1%.

Tendências Demográficas

Os aspetos demográficos têm ganho cada vez mais destaque ao nível das políticas europeias. Os dados²⁰ referem que a população europeia está a aumentar, enquanto a estrutura etária está a envelhecer (com a entrada na reforma das gerações do pós-guerra), as pessoas vivem mais, a esperança de vida continua a aumentar, mas o índice de fertilidade aumenta muito lentamente.

Segundo as Nações Unidas o continente europeu detinha em 2012, 740 milhões de habitantes, dos quais 504 milhões estão na UE27. Tendo por base as projeções da Eurostat 2010, a população da UE27 será ligeiramente superior em 2060, enquanto que em termos de estrutura etária será muito mais envelhecida do que é hoje. Este é um envelhecimento na base e no topo, uma vez que se assiste a um aumento das pessoas idosas e a uma redução das crianças e mesmo das pessoas em idade ativa.

Em 2012²¹, e para a UE27, a percentagem de população jovem (0-14 anos de idade) foi 15.6% na UE27 (PT: 14.8%), a percentagem de pessoas em idade ativa foi 66.6% (PT: 65.8%) e a população idosa (65 ou mais anos) 17.8% (PT: 19.4%). É interessante também verificar a percentagem dos muito idosos (pessoas com 80 ou mais anos) que também tem vindo a aumentar: para a UE27 esta percentagem foi de 4.9 e para Portugal foi de 5.3%). A idade média da população da UE27 era de 41.5 anos a 1 de Janeiro de 2012 (em 1992 a idade média era de 35.7 anos) e espera-se que em 2060 seja de 47.6 anos. Em termos de índice de dependência dos idosos verificou-se que para 2012 e para a UE27 este foi de 26.8%, ou seja, havia cerca de 4 pessoas em idade ativa para cada pessoa com 65 ou mais anos. Este índice está projetado para que aumente para o dobro em 2060 (52.6%). O índice de dependência dos jovens tem vindo a diminuir, sendo que em 1992 foi 28.5% e em 2012 foi 23.4%. Olhando a estas percentagens, o índice de dependência global para a UE27 tem vindo a subir ligeiramente nestas duas últimas décadas, passando de 49.5% em 1992 para 50.2% em 2012, ou seja, existiam cerca de 2 pessoas em idade ativa para cada pessoa dependente.

¹⁹ *European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013, p. 192

²⁰ *European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013, p. 15 e ss

²¹ *Report on Demography*, Newsrelease 49/2013, Eurostat 26 de Março de 2013; EU Employment and Social Situation, *Quarterly Review – Special Supplement on Demographic Trends*, Março de 2013.

Quadro 8: Índice de dependência, %

	Índice de dependência total		Índice de dependência dos Jovens		Índice de dependência dos Idosos	
	1992	2012	1992	2012	1992	2012
UE27	49.5	50.2	28.5	23.4	21.1	26.8
PT	49.9	52.1	29.0	22.5	20.9	29.6

Fonte: Eurostat

Um outro indicador importante a reter prende-se com a taxa de fecundidade, uma vez que se tem vindo a assistir a uma diminuição no número de filhos, o que em parte explica o ligeiro abrandamento no crescimento da população na UE27, mas também se tem verificado que as mulheres são mães cada vez mais tarde. Para haver renovação de gerações a taxa de fecundidade deveria ser de 2.1 filhos por mulher.

Quadro 9: Taxa de fecundidade, 2002-2011

	1960	1970	1980	1990	2000	2002	2006	2009	2010	2011
UE27	-	-	-	-	-	1.46	1.54	1.59	1.60	1.57
PT	3.16	3.01	2.25	1.56	1.55	1.47	1.36	1.32	1.36	1.35

Fonte: Eurostat

Imigração

Durante o ano de 2011²², cerca de 1.7 milhões de pessoas imigraram de um país fora da Europa para um dos Estados Membros da UE. Foram países como o Reino Unido (566 044), a Alemanha (489 422), Espanha (457 649) e Itália (385 793) que registaram o maior número de imigrantes em 2011. Também em 2011, a percentagem relativa de regresso de nacionais no total de imigrantes foi elevada na Lituânia (89.3% do total dos imigrantes), Portugal (63.6%), Croácia (55.3%). Estónia (54.8%) e Grécia (54.5%).

Quadro 10: Imigração, 2011

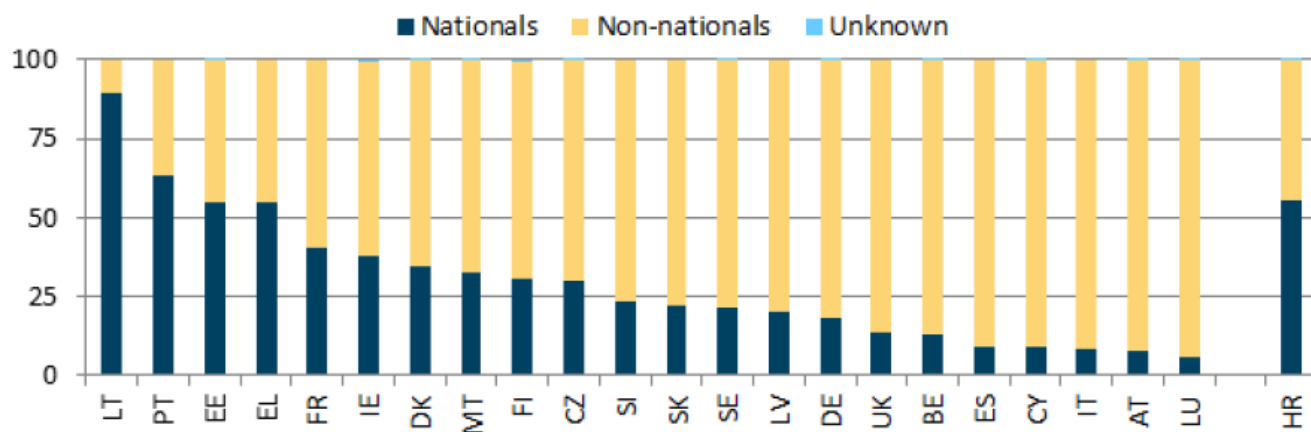
	Total de Imigrantes	Nacionais		Não-nacionais					
				Total		Cidadãos de outros EM da UE		Cidadãos fora de países da UE27	
				1000	%	1000	%	1000	%
UE27	1 671.5*	-	-	-	-	-	-	-	-
PT	19.7	12.5	63.6	7.2	36.4	2.0	10.3	5.1	26.1

Fonte: Eurostat, 2011

*Apenas imigrantes oriundos de fora da UE27

²² *European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013, p. 36 e ss.

Figura 2: Percentagem de retorno de imigrantes, UE27, 2011 (%)



Fonte: Eurostat, 2011

ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma direta ou indireta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza²³

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU- SILC) realizado anualmente junto das famílias residentes em Portugal indica que 18.7% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2012, valor que aumentou 0.8 p.p face ao ano anterior e o mais elevado desde 2005.

É importante referir que a taxa de risco de pobreza tem como base o rendimento mediano por adulto equivalente²⁴, permitindo assim que o risco de pobreza seja medido tendo em conta os rendimentos da população de um país num determinado momento. Registou-se um decréscimo nominal de 1.8% entre 2011 e 2012. Consequentemente o limiar, ou linha de pobreza relativa reduziu-se de 4 994 euros para 4 904 euros (de 416 euros mensais passou para 409 euros mensais).

Quadro 11: Limiar de Risco de Pobreza (2004 - 2012) (INE)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Limiar de risco de pobreza - anual (€)	4149	4317	4386	4544	4886	4969	5207	5046	4994	4904

Fonte: INE

A tendência das mulheres apresentarem uma maior vulnerabilidade à pobreza comparativamente aos homens não se verifica neste último ano (os números são de 18.6% para as mulheres e 18.8% para os homens).

A análise do risco de pobreza segundo os grupos etários demonstra que a população mais jovem é das mais vulneráveis. Contudo, tem-se verificado que a taxa de risco de pobreza das pessoas idosas tem vindo a diminuir consideravelmente desde 2003, tendo atingido em 2012 a percentagem de 14.7%.

A taxa referente aos menores de 18 anos sofreu uma redução de 2010 (22.4%) para 2011 (21.7%) e em 2012 registou-se uma subida bastante acentuada; os dados de 2011 revelam que 21.7% das crianças encontravam-se em risco de pobreza e em 2012 este número subiu para 24.4%.

No entanto, o risco de pobreza para a população adulta em idade ativa tem vindo a aumentar nestes últimos anos. Em 2011 a taxa de risco de pobreza para a população em idade ativa foi de 16.9% (mais 0.7 p.p do que em 2010: 16.2%) e em 2012 foi de 18.4%.

²³ Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; www.ine.pt

²⁴ Segundo o INE, "O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo do rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalente e o seu valor atribuído a cada membro da família".

Quadro 12: Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, 2003-2012 (INE) (%)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20.4	19.4	18.5	18.1	18.5	17.9	17.9	18.0	17.9	18.7
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	19.2	18.7	17.7	17.2	17.9	17.3	17.3	17.6	17.5	18.8
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	21.6	20.1	19.1	19.0	19.1	18.4	18.4	18.4	18.2	18.6
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou =17 anos)	24.6	23.7	20.8	20.9	22.8	22.9	22.4	22.4	21.7	24.4
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	17.0	15.9	15.7	15.2	16.3	15.8	15.7	16.2	16.9	18.4
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (>65 anos)	28.9	27.6	26.1	25.5	22.3	20.1	21.0	20.0	17.4	14.7

Fonte: EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

As estatísticas do INE indicam que as pessoas que vivem em agregados familiares sem crianças dependentes estão menos expostas ao risco de pobreza do que as que se encontram em agregados com crianças dependentes. Efetivamente, a taxa de risco de pobreza para a população que reside em agregados sem crianças diminuiu de 2011 para 2012, ou seja de 15.2% e 15.0% respetivamente. A taxa de risco de pobreza das famílias com crianças dependentes registou um aumento de 1.7% sendo de 22.2%

Quadro 13: Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (EU-SILC2004 - EU-SILC2013) (%)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total sem crianças dependentes	20.0	18.5	18.9	18.7	16.1	15.4	16.5	15.8	15.2	15.0
1 Adulto sem crianças	35.2	37.1	34.9	33.0	31.0	28.0	30.1	27.5	24.2	21.7
1 adulto sexo masculino, sem crianças			28.3	26.4	26.2	23.6	25.5	26.4	22.7	
1 adulto sexo feminino, sem crianças			38.2	36.1	33.1	30.1	32.4	28	25.0	
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	25.7	28.0	26.3	27.3	25.0	20.1	22.2	23.2	20.7	
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	41.0	42.2	39.8	36.6	34.5	32.7	34.9	30.1	26.6	
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16.2	15.2	18.3	17.6	16.5	16.4	16.6	16.2	16.6	17.1
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	30.0	28.1	25.8	26.4	21.7	18.7	20.3	19.5	16.5	13.5
Outros agregados, sem crianças	11.5	8.7	9.5	9.3	7.4	8.7	9.1	9.1	10.1	12.0
Total, com crianças dependentes	20.6	20.0	18.1	17.7	20.4	19.9	19.1	20.1	20.4	22.2
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	34.8	31.5	41.2	33.6	38.9	37.0	37.0	27.9	30.5	33.6

2 Adultos com 1 criança	12.8	14.7	12.1	12.2	16.7	13.4	12.6	15.6	16.2	16.0
2 Adultos com 2 crianças	24.0	23.9	18.6	17.0	20.6	19.4	17.1	19.8	17.0	19.8
2 Adultos com 3 + crianças	41.0	42.0	37.8	43.3	31.9	36.1	33.2	34.5	41.2	40.4
Outros agregados, com crianças	17.5	14.9	15.8	16.3	18.0	20.1	20.7	19.5	22.3	23.7

Fonte: EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Po - Valor Provisório

O emprego ou a sua ausência tem um impacto importante ao nível da taxa de risco de pobreza. Enquanto a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores é de cerca 10.5%, entre a população desempregada esta taxa subiu consideravelmente para 40.2%. A população reformada teve uma taxa de risco de pobreza de 12.8% e os outros inativos 29.5%.

Quadro 14: Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (EU-SILC2004 - EU-SILC2012) (%)

Ano de referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (PO)
Total com emprego	12.4	11.9	11.2	9.7	11.8	10.3	9.7	10.3	9.9	10.5
Total sem emprego	27.8	26.6	26.3	26.9	24.8	24.4	24.5	24.3	24.1	23.8
Desempregado	32.0	28.4	31.1	32.2	34.6	37.0	36.4	36.0	38.4	40.2
Reformado	25.8	25.1	22.9	23.1	20.1	17.4	18.5	17.9	15.9	12.8
Outros inativos	29.0	27.9	29.0	30.2	28.3	29.9	28.0	28.4	29.2	29.5

Fonte: EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Po - Valor Provisório

Nota: nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos.

➤ Linha de Pobreza ancorada no Tempo

O INE procedeu ao cálculo da linha de pobreza ancorada no tempo (2009) e atualizada em 2010, em 2011 e em 2012, tendo por base a variação do índice de preços no consumidor.

Neste sentido verificou-se um aumento da proporção de pessoas em risco de pobreza: 17.9% em 2009, 19.6% em 2010, 21.3% em 2011 e 24.7% em 2012. Este aumento é mais significativo para os menores de 18 anos (22.4% em 2009, 23.9% em 2010 e 26.1% em 2011 e em 2012 de 30.9%) e para a população em idade ativa (15.7% em 2009, 17.7% em 2010 e 20.4% em 2011 e em 2012 de 23.7%).

Quadro 15: Linha de pobreza ancorada em 2009 e taxa de risco de pobreza (%), Portugal, EU-SILC 2010-2013

Ano de referência	un.	2009	2010	2011	2012 (PO)
Linha de Pobreza a preços de 2009	€	5 207	5 280	5 473	5624
Taxa de risco de Pobreza	%	17.9	19.6	21.3	24.7

Fonte: EU-SILC. Inquérito às Condições de Vida

Po - Valor Provisório

Intensidade da Pobreza²⁵

A Taxa de Intensidade da Pobreza mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. Quando se verifica o aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

Os resultados provisórios do INE indicam para 2012 um novo aumento da intensidade da pobreza (27.3%) face a 2011 (24.1%). Esta taxa é superior junto da população masculina (28.4%), sendo a das mulheres de 27.2%.

Quadro 16: Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo (EU-SILC2007 - EU-SILC2013) (%)

Ano de referência dos dados	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (PO)
Total	24.3	23.2	23.6	22.7	23.2	24.1	27.3
Homens	24.3	22.5	24.9	23.1	23.4	25.3	28.4
Mulheres	24.2	23.6	23.0	22.6	23.0	23.2	27.2

Fonte: EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Po - Valor Provisório;

Desigualdade na distribuição do rendimento²⁶

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2012, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6.0 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferem 10.7 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre (10.0 em 2011 e 9.4 em 2010).

Temos vindo a assistir nestes últimos anos a um aumento das desigualdades. Efetivamente, os três indicadores que procuram medir a desigualdade na distribuição do rendimento apontam para um aumento das desigualdades.

Quadro 17: Indicadores de Desigualdade do Rendimento (EU-SILC2007 - EU-SILC2013)

Ano de referência de dados	Un.	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (Po)
Coeficiente de <i>Gini</i> ²⁷	%	37.8	38.1	37.7	36.8	35.8	35.4	33.7	34.2	34.5	34.2
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	nº	7.0	7.0	6.7	6.5	6.1	6.0	5.6	5.7	5.8	6.0
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	nº	12.3	12.2	11.9	10.8	10.0	10.3	9.2	9.4	10.0	10.7

Fonte: EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Po - Valor Provisório

²⁵ Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; www.ine.pt

²⁶ Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; www.ine.pt

²⁷ A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza²⁸

As transferências sociais têm um impacto importante sobre a Taxa de Risco de Pobreza. Segundo dados do INE, a taxa de risco de pobreza seria de 46.9% na população residente em 2012 se apenas considerássemos os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas.

Em 2012 e segundo dados provisórios a taxa de risco de pobreza considerando as transferências sociais era de 18.7% tendo aumentado relativamente ao ano anterior.

Quadro 18: Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais Portugal EU-SILC 2007-2013 (%)

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (PO)
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	41.3	40.8	40.2	40.0	41.5	41.5	43.4	42.5	45.4	46.9
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	26.5	25.7	25.1	24.2	24.9	24.3	26.4	25.4	25.3	25.6
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	20.4	19.4	18.5	18.1	18.5	17.9	17.9	18.0	17.9	18.7

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Po – Valor Provisório

Risco de Pobreza e Exclusão Social²⁹

No âmbito da Estratégia 2020 definiu-se um novo indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que procura integrar os conceitos de risco de pobreza relativa (indivíduos com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza, ou seja, a **taxa de risco de pobreza**), de **situação de privação material severa** e o conceito de **intensidade laboral *per capita* muito reduzida**³⁰. Refira-se ainda que este indicador combina informações relativas ao ano em que o inquérito foi aplicado (taxa de privação material severa) com informações relativas ao ano de referência dos rendimentos (taxa de risco de pobreza e intensidade laboral *per capita*), ou seja, ao ano anterior a aplicação do inquérito.

➤ Taxa de Risco de Pobreza ou exclusão social

Em Portugal, 25.3% da população encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, em 2012. Segundo este indicador, verifica-se um aumento de 0,9 pp face a 2011. Os dados provisórios revelados em março de 2014 apontam para 27.4% em 2013.

²⁸ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; www.ine.pt

²⁹ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; www.ine.pt.

³⁰ Consideram-se em intensidade laboral muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo os estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Quadro 19: População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social (EU-SILC 2008 - 2013) (%)

Ano do inquérito	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População em risco de pobreza ou exclusão social	26.0	24.9	25.3	24.4	25.3	27.4

Fonte: EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Po - Valor Provisório

➤ **Privação Material e Privação Material Severa³¹**

Tal como explicado na primeira parte deste documento, a privação material baseia-se na ausência de pelo menos 3 dos 9 itens identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares.

Em Portugal, em 2013, 25.5% da população encontrava-se em situação de privação material, um valor bastante superior ao verificado em 2012 (21.8%).

Quadro 20: Indicadores de privação material Portugal (EU-SILC 2004-2013)

Ano de referência	un.	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (PO)
T. de privação material	%	21.7	21.2	19.9	22.4	23.0	21.5	22.5	20.9	21.8	25.5
T. de privação material severa	%	9.9	9.3	9.1	9.6	9.7	9.1	9.0	8.3	8.6	10.9
Int. da privação material	nº	3.7	3.7	3.7	3.7	3.6	3.7	3.6	3.6	3.6	3.6

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Po - Valor Provisório

Relativamente à privação material analisou-se a informação sobre a impossibilidade de satisfação de necessidades básicas, educativas e de lazer das crianças (de 1 a 15 anos) devido a dificuldades económicas:

- 2.2% pertenciam a famílias que referiram não conseguir assegurar pelo menos uma refeição diária de carne ou peixe (ou equivalente vegetariano) para as crianças (4.9% em 2009).
- 1.4% não comiam fruta e legumes pelo menos uma vez por dia (4.3% em 2009).
- 42% não tinham pelo menos uma semana de férias por ano fora de casa (47.4% em 2009).
- 14.3% não podiam ter a roupa usada substituída por alguma roupa nova (excluindo roupa em segunda mão) (14.1% em 2009).
- 2.4% não tinham dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas) (4.7% em 2009).

➤ **Intensidade Laboral**

O terceiro indicador que compõe o conceito de risco de pobreza ou de exclusão social é o de **intensidade laboral per capita muito reduzida**. O cálculo deste indicador tem em conta as pessoas com menos de 60 anos a residir em

³¹ *Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2012 (dados provisórios)*, INE, Julho de 2013; www.ine.pt

agregados familiares onde os adultos (entre 18 e 59 anos), que não são estudantes, trabalharam, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível. Os dados provisórios do INE indicam que, em 2012, 12.2% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida,

Quadro 21: Intensidade laboral *per capita* muito reduzida (EU-SILC 2004 – EU-SILC 2013) (%)

Ano de referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (PO)
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	6.9	5.9	6.6	7.2	6.3	6.9	8.6	8.2	10.1	12.2

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Po – Valor Provisório;

Emprego/ desemprego³²

A população desempregada³³, estimada em 826,7 mil pessoas no 4º trimestre de 2013, verificou um decréscimo homólogo de 10,5% (96,5 mil pessoas) e um decréscimo trimestral de 1,4% (11,9 mil).

A taxa de desemprego foi de 15,3%, no 4º trimestre de 2013, traduzindo um decréscimo de 1,6 p.p. face ao trimestre homólogo de 2012 e um decréscimo de 0,3 p.p. face ao trimestre anterior.

No final do mês de fevereiro de 2014, encontravam-se inscritos como desempregados, nos Centros de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, 700 954 indivíduos, número que representa 74,7% de um total de 938 826 pedidos de emprego. O total de desempregados registados no País diminuiu (-5,2%; -38 657), em comparação com o mês homólogo do ano anterior. Em relação a janeiro deste ano, também se observou uma diminuição (-0,6%; -4 373).

A análise por género evidencia uma quebra anual do desemprego, tanto nos homens (-6,4%) como nas mulheres (-4,1%). No que respeita à idade, o segmento dos adultos apresentou uma descida (-6,2%) e o dos jovens uma subida (+1,6%), no espaço de um ano. Quanto ao tempo de inscrição, os desempregados inscritos há menos de um ano baixaram em relação a fevereiro de 2013 (-13,2%), contrariamente aos desempregados de longa duração (tempo de inscrição igual ou superior a um ano), que aumentaram (+5,7%).

Os dados disponibilizados pelo IEFP remetendo para o mês de fevereiro de 2014³⁴.

Quadro 22: Desemprego registado no continente segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego

	Homens	Mulheres	Menos de 1 ano	1 ano ou mais	1º emprego	Novo emprego
Continente	349681	340032	350308	314405	69504	595209

³³ Estatísticas do Emprego 4º trimestre de 2013, Edição 2013, INE; Destaque - Estatísticas do Emprego, 4º trimestre de 2013, 5 de Fevereiro de 2014; www.ine.pt

³⁴ <http://www.iefp.pt>

Quadro 23: Taxa de desemprego total

	2012 4º Trimestre	2013 1º Trimestre	2013 2º Trimestre	2013 3º trimestre	2013 4º trimestre
H/M	16.9	17.7	16.4	15.6	15.3
Homens	16.8	17.8	16.4	15.3	14.9
Mulheres	17.1	17.5	16.5	15.9	15.9

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2013

A taxa de desemprego dos homens (14,9%), no trimestre em análise, foi inferior à das mulheres (15,9%). A taxa de desemprego dos homens diminuiu em relação ao trimestre homólogo e ao trimestre anterior (1,9 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente). A taxa de desemprego das mulheres diminuiu 1,2 p.p. em relação ao trimestre homólogo e manteve o nível do trimestre anterior. A taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos) foi de 35,7%, valor inferior ao observado no trimestre homólogo de 2012, em 4,3 p.p., e ao observado no trimestre anterior, em 0,3 p.p.

A proporção de jovens desempregadas/os no total da população jovem (ativa ou inativa) - indicador conhecido como rácio de desemprego - foi de 12,6%, valor inferior ao observado no trimestre homólogo de 2012, em 2,1 p.p., e ao observado no trimestre anterior, em 0,8 p.p. O número de desempregadas/os jovens representava 16,6% do total da população desempregada, percentagem inferior à observada no trimestre homólogo do ano anterior (17,9%) e inferior à do trimestre anterior (17,5%).

Quadro 24: Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo

Portugal	Sexo	2011	2012	2013
Txa de desemprego	H/M	12.7	15.7	16.3
	H	12.4	15.7	16.1
	M	13.1	15.6	16.4
15 aos 24 anos	H/M	30.1	37.7	37.7
	H	28.7	36.4	36.3
	M	31.7	39.2	39.3
25 aos 34 anos	H/M	14.0	18.1	19.0
	H	13.4	17.6	17.9
	M	14.6	18.7	20.2
35 aos 44 anos	H/M	11.0	13.4	14.3
	H	10.5	13.2	13.9
	M	11.5	13.5	14.7
45 + anos	H/M	9.7	11.5	12.3
	H	9.9	12.2	13.1
	M	9.4	10.8	11.4
Nível de escolaridade				
Até ao básico - 3º ciclo	H/M	13.6	16.2	17.1
Secundário e pós-secundário	H/M	13.3	17.6	17.2
Superior	H/M	9.2	11.9	12.9

Privação Habitacional

As condições habitacionais são indicadores relevantes para conhecer as condições de vida da população e a vulnerabilidade a pobreza. A este nível o INE apresenta quatro indicadores relevantes:

- *Taxa de sobrelotação da habitação* – proporção da população que vive em alojamentos em que o número de quartos é insuficiente para o número e perfil dos membros do agregado, ou seja, proporção da população que habita em alojamentos sobrelotados;
- *Taxa de privação severa das condições de habitação* – proporção da população que, para além de viver num alojamento sobrelotado, convive com um dos seguintes problemas: falta de instalação de banho ou duche; ausência de sanita com autoclismo; teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; luz natural insuficiente;
- *Carga mediana das despesas de habitação* – mediana do rácio entre as despesas anuais com habitação e o rendimento disponível. São incluídas como despesas com habitação as contas de água, eletricidade, gás, condomínio, seguros, saneamento, pequenas reparações, rendas e juros dos créditos à habitação.
- *Taxa de sobrecarga das despesas em habitação* – proporção da população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível é superior a 40%

Os dois primeiros indicadores procuram dar a conhecer as condições de habitabilidade em que se encontram os agregados familiares. A este nível, verifica-se uma diminuição da proporção da população que se encontra ou numa situação de sobrelotação e a um aumento da proporção da população que se encontra com privações severas das condições de habitação. Em 2013, 11.4% da população residia em alojamentos sobrelotados e 5.7% da população encontrava-se em situação de privação severa das condições de habitação.

Por outro lado, os indicadores que procuram analisar o peso das despesas de habitação no rendimento do agregado familiar apresentam um agravamento dos resultados. Assim, em Portugal a carga mediana das despesas de habitação foi em 2013 de 12.9%. Quanto a sobrecarga das despesas de habitação, os dados do INE apontam para a existência de 8.2% da população portuguesa a residir em agregados onde as despesas com habitação correspondem a mais de 40% do rendimento do agregado.

Quadro 25: Indicadores de privação habitacional Portugal (EU-SILC 2009-2013) (%)

Ano de referência	2009	2010	2011	2012	2013 (PO)
Taxa de sobrelotação da habitação	14.1	14.6	11.0	10.0	11.4
Taxa de privação severa das condições de habitação	4.7	5.6	4.0	4.3	5.7
Carga mediana das despesas de habitação	11.3	10.4	11.7	12.9	12.9
Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	6.1	4.2	7.2	8.3	8.2

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento; Po – Valor Provisório

Prestações Sociais

Um dos aspetos relevantes neste período de crise económica pelo qual o país tem passado prende-se com as mudanças ocorridas nas regras de acesso a algumas das prestações sociais e nos montantes adstritos às mesmas. Esta situação tem-se traduzido numa redução no número de beneficiários e nos valores recebidos o que necessariamente tem impacto na economia das famílias. No quadro seguinte é apresentada a evolução no número de beneficiários de algumas das prestações sociais (RSI; CSI; Desemprego).

➤ Rendimento social de Inserção: Famílias e Beneficiários (nº)

	Anual				Mensal		
	2010	2011	2012	2013	12-2012	12-2013	01-2014
Famílias com processamento de RSI	206 700	173 028	160 358	148 107	111 980	97 472	96 059
Beneficiários com processamento de RSI	526 013	447 605	420 803	360 153	280 901	231 541	228 396

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados 1/fevereiro/2014

➤ Rendimento Social de Inserção - Valor Médio processado em Dezembro de cada ano (€)

	2010	2011	2012	2013
Por Família	228.07	242.01	214.68	210.85
Por Beneficiário	87.64	89.17	83.71	87.11

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados 1/fevereiro/2014

Segundo os últimos dados divulgados pela Segurança Social que reportam a janeiro de 2014 verifica-se que o nº de famílias com processamento de RSI era de 96.059 e o nº de beneficiários era de 228.396.

O valor médio processado em janeiro de 2014 era de 87.11 euros por beneficiário e de 210.85 por família.

➤ Complemento Solidário para Idosos: Beneficiários (nº)

	Anual				Mensal		
	2010	2011	2012	2013	12-2012	12-2013	01-2014
Complemento Solidário para Idosos	246 664	248 734	244 869	237 844	229 287	209 866	210 186

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados 1/fevereiro/2014

➤ **Prestações de Desemprego: Beneficiários por tipo de subsídio e ano de processamento (nº)**

	Anual				Mensal		
	2010	2011	2012	2013	12-2012	12-2013	01-2014
Subsídio de Desemprego	424 966	453 413	543 615	562 998	331 357	309081	319863
Subsídio Social Desemprego Inicial	108 879	69 644	62 230	47 826	28 673	19 529	21 032
Subsídio Social Desemprego Subsequente	92 734	66 908	77 905	100 617	40 160	48 274	49 544
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	103	68	87	88	44	38	42
Total	626 682	590 033	683 837	711 529	375 386	376922	380481

Fonte: Segurança Social³⁵

➤ **Prestações de Desemprego: Valores médios mensais do subsídio processados por beneficiário, por tipo de subsídio e ano de processamento (€)**

	2010	2011	2012	2013
Subsídio de Desemprego	548.38	564.32	565.48	534.83
Subsídio Social Desemprego Inicial	353.11	421.50	415.69	379.40
Subsídio Social Desemprego Subsequente	363.32	423.35	419.67	407.33
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	359.21	381.90	373.07	374.90
Total	493.01	537.89	541.35	513.34

Fonte: Segurança Social³⁶

Sobre-endividamento

Um outro indicador que merece também algum destaque prende-se com as situações de sobre-endividamento que têm afetado muitas famílias portuguesas. A seguir são apresentados os últimos dados disponibilizados pela DECO para Março de 2014 (comparação com o mês homólogo):

➤ **Titulares por escalões etários**

	03-2014	03-2013
Menos de 35 anos	23.1	25.3
Entre os 35 e os 44 anos	29.6	32.0
Entre os 45 e os 54 anos	23.5	24.8
Entre os 55 e os 64 anos	16.6	12.1
65 anos e mais	6.5	5.2

³⁵Notas: Inclui dados do Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego; Caso um beneficiário tenha lançamento por mais de um tipo de subsídio no ano, ele é contabilizado uma vez em cada um dos subsídios; A partir de 2005 apenas são contabilizados beneficiários com lançamento cujo o motivo tenha sido "Concessão Normal"; Situação da base de dados em 1/fevereiro/2014; Dados sujeitos a atualizações. In <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

³⁶ Notas: Inclui dados do Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego; A partir de 2005 apenas são contabilizados beneficiários com lançamento cujo o motivo tenha sido "Concessão Normal"; Situação da base de dados em 1/fevereiro/2014; Dados sujeitos a atualizações. In <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

Sem informação	0.7	0.6
----------------	-----	-----

Fonte: Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. Dados cedidos pelo Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado

➤ Causas dos Pedidos

	03-2014	03-2013
Acção de execução / Penhoras	3.8	4.2
Redução rendimentos do trabalho	26.9	26.7
Desemprego/Incapacidade para trabalho	24.0	29.1
Aumento do agregado familiar	5.8	5.8
Divórcio / Separação	7.4	7.3
Má gestão	6.4	7.3
Outras	25.6	19.6

Fonte: Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. Dados cedidos pelo Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado.

Envelhecimento e Cuidados de Longa Duração: Dados da OCDE para Portugal³⁷

Em 2011, 19% da população portuguesa tinha 65 ou mais anos e 5% tinha 80 ou mais anos. Ambas as taxas superiores à média da OCDE que foram 15% e 4%, respetivamente.

Em 2050 as projecções indicam que a população portuguesa com 65 e mais anos poderá aumentar 32% e a população com 80 ou mais anos, 11%. Também aqui as projecções são superiores às médias esperadas para a OCDE: 25.7% e 10% respetivamente.

O relatório da OCDE destaca a importância que a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados tem tido na promoção da qualidade dos serviços de cuidados de longa duração. No entanto, salienta que Portugal ainda tem poucos profissionais desta área com formação, e poucas pessoas recebem este tipo de serviços. Em 2011 existiam 4 profissionais de cuidados de longa duração por 1000 pessoas com 65 ou mais anos, comparado com a média da OCDE que era de 3.2. Em 2011, 1% da população com 65 ou mais anos receberam cuidados de longa duração nas instituições (média da OCDE foi de 4%), com 0.4% da população, recebendo cuidados em casa (média da OCDE foi de 7.9%).

Em termos de despesa pública para os cuidados de longa duração e para o ano de 2010 (0.14% do PIB), esta ainda se mantém abaixo dos valores da OCDE (1.6%).

Alterações demográficas em Portugal: Dados do INE

O INE publicou a 28 de março último as projecções da população residente 2012-2060³⁸. São delineados vários cenários (baixo, central, alto e sem migrações). A população residente em Portugal tenderá a diminuir em qualquer dos cenários considerados. Esta tendência é transversal a todas as regiões NUTS II, com exceção do Algarve nos cenários central e alto em que a população aumenta e de Lisboa no cenário alto, em que a população se mantém.

Haverá igualmente um forte envelhecimento demográfico em qualquer dos cenários. Ainda que este envelhecimento se verifique em todas as regiões NUTS II. Até 2060 a população em idade ativa (dos 15 aos 64 anos) residente em

³⁷ Sumário para Portugal resultante da publicação: *A Good Life in Old Age? Monitoring and Improving Quality in Long-Term Care*, OECD, 2013.

³⁸ *Destaque - Projeções de população residente 2012-2060*, INE, março de 2014.

Portugal diminui em todos os cenários considerados. Em Portugal o índice de envelhecimento entre 2012 e 2060 poderá aumentar de 131 para 307 idosos por cada 100 jovens, no cenário central.

Figura 3: Quadro síntese dos principais resultados, Portugal, 2012 (estimativa) e 2060 (Projeção)

Portugal e NUTS II	Cenários de projeção	População total		População 0-14 anos		População 15-64 anos		População 65 e mais anos		Índice de envelhecimento		Índice de sustentabilidade potencial	
		2012	2060	2012	2060	2012	2060	2012	2060	2012	2060	2012	2060
n°													
Portugal	<i>Baixo</i>	10 487 289	6 346 726	1 550 201	587 623	6 904 482	3 030 165	2 032 606	2 728 938	131	464	340	111
	<i>Central</i>		8 575 339		992 556		4 540 143		3 042 640		307		149
	<i>Alto</i>		9 223 617		1 165 090		4 714 540		3 343 987		287		141
	<i>Sem Migrações</i>		7 856 281		833 925		4 059 331		2 963 025		355		137

FONTES:

Bibliografia

- *A Good Life in Old Age? Monitoring and Improving Quality in Long-Term Care*, OECD, 2013.
- *At risk of poverty or social exclusion in the EU27*, Newsrelease 28/2013, Eurostat, 26 de Fevereiro 2013.
- *Children were the age group at the highest risk of poverty or social exclusion in 2011*, Statistics in Focus 4/2013, Eurostat, 2013.
- *Destaque - Estatísticas do Emprego 3º Trimestre de 2013*, 7 de Novembro de 2013
- *Destaque - Estatísticas do Emprego, 4º trimestre de 2013*, 5 de Fevereiro de 2014
- *Destaque - Projeções de população residente 2012-2060*, INE, Março de 2014.
- *Destaque - Projeções de população residente 2012-2060, INE, março, 2014*
- *Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2013 (dados provisórios)*, INE, Março de 2014;
- *Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2013 (dados provisórios)*, INE, março de 2014.
- *Estatísticas do Emprego - 2º Trimestre de 2013*, INE, 2013.
- *Estatísticas do Emprego 4º trimestre de 2013*, INE, 2013.
- *EU Employment and Social Situation - Quarterly Review, Trends in Poverty and social exclusion between 2012 and 2013 Supplement*, March 2014.
- *Euro area unemployment rate a 12.1%*, Newsrelease 179/2013 de 29 de Novembro de 2013
- *Euro area unemployment rate at 11.9%*, Newsrelease 52/2014 de 1 de Abril 2014.
- *European Social Statistics - 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013.
- *General Government Expenditure in 2011 - Focus on the functions 'social protection' and 'health'*, Statistics in Focus 9/2013, Eurostat, 2013.
- *Global Employment Trends 2013. Recovering from a second jobs dip*, Genebra, ILO, 2013.
- *Report on Demography*, Newsrelease 49/2013, Eurostat 26 de Março de 2013; *EU Employment and Social Situation, Quarterly Review - Special Supplement on Demographic Trends*, Março de 2013.

Webgrafia

- <http://www.eapn.pt/observatorio-lisboa>
- <http://www.ine.pt>
- <http://www.iefp.pt>
- <http://www.seq-social.pt>